

**ETNOCENTRISMO
E RELATIVISMO CULTURAL
ALGUMAS REFLEXÕES**

Paulo Meneses
UNICAP — PE

1. Um preconceito renitente

Etnocentrismo é um preconceito que cada sociedade ou cada cultura produz, ao mesmo tempo que procura incutir em seus membros normas e valores peculiares. Se sua maneira de ser e de proceder é a certa, então as outras estão erradas, e as sociedades que as adotam constituem “aberrações”. Assim o etnocentrismo julga os outros povos e culturas pelos padrões da própria sociedade, que servem para aferir até que ponto são corretos e humanos os costumes alheios. Desse modo, a identificação de um indivíduo com sua sociedade induz à rejeição das outras. O idioma estrangeiro parece “enrolado” e ridículo; seus alimentos, asquerosos; sua maneira de trajar, extravagante ou indecente; seus deuses, demônios; seus cultos, abominações; sua moral, uma perversão, etc.

É verdade que os povos mais primitivos têm uma forte rejeição etnocentrista dos povos circunvizinhos. Porém nada se compara com

o etnocentrismo combinado com o sentimento de superioridade, que o grupo ou a nação dominante dedica aos dominados e oprimidos. Considerá-los sub-humanos, ou seres humanos de segunda classe, é pretexto e efeito de uma relação de dominação.

Decerto, o preconceito etnocentrista nunca é inocente, como certos antropólogos deixam entender. É pernicioso, por trazer no seu bojo um elemento da mais alta periculosidade: a negação do “Outro” enquanto tal. E nega-o por senti-lo como uma ameaça à sua própria maneira de ser, e mesmo ao seu ser. E como a melhor defesa é o ataque, pode partir para a eliminação física do Outro. Isso aconteceu, parece, com outras espécies do *homo sapiens* que nossos antepassados enfrentaram na pré-história. Talvez sucedeu o mesmo com a população africana a que pertenceu “Luzia” — nossa mais recente descoberta arqueológica — quando levas humanas mongólicas invadiram as Américas. Perto de nós, foi a “solução definitiva” que Hitler quis dar ao problema judaico, e que Slobodan adotou, em relação aos bósnios e kosovares, com sua famigerada “limpeza étnica”. Nosso século se destacou por seus etnocídios e massacres.

Mas rejeição do Outro, combinada com a dominação, assume também outra forma: não tirar a vida do Outro, mas apenas a diferença, ou seja, extirpar-lhe a alteridade que o constitui como Outro, assimilando-o e reduzindo-o à imagem e semelhança do Mesmo. Os colonizadores europeus, menos tolerantes que os impérios romano e muçulmano, tenderam a homogeneizar as populações que dominavam. No mundo ibérico, os judeus foram obrigados a tornar-se “cristãos novos” para salvarem a vida ou o patrimônio.

E ainda há uma forma mais sutil e oportunista de lidar com a Outro: conservar-lhe a alteridade, mas então, fazendo dela pretexto para oprimi-lo. A diferença torna-se título que legitima a dominação e a exploração, já que demonstra uma degradação da condição humana; e por isso, merece um estatuto de inferioridade e de discriminação. Por exemplo, maior esforço na produção, menor fatia na distribuição, privação do poder decisório; não ter a plenitude dos direitos do cidadão; ser considerado como objeto e não como sujeito da história.

Esse esquema é a matriz básica das diversas formas de opressão ou dominação entre sexos, raças, nações. O preconceito etnocentrista, chegado a tal ponto, produz suas ideologias que justificam essa “negação do Outro”. Para sua elaboração não faltam “intelectuais orgânicos” que tecem teorias e tratados a serviço da dominação, onde se mistura a pseudo-ciência, com uma certa grandiloquência, como o apelo a um destino excelso, no verso de Virgílio “*Tu regere imperio populos Romane memento*” ou as tiradas de Kipling sobre “*o fardo do homem branco*”. São ideologias que justificam as práticas de discriminação e as políticas de opressão.

2. Ideologias etnocentristas

Há toda uma linhagem de ideologias desse tipo, pois diante das mudanças culturais, o etnocentrismo tem de recorrer a outras motivações para justificar-se na “consciência social que sempre mente a si mesma” (Marx).

a) Na *Época dos descobrimentos*, exaltava-se a supremacia da cristandade e sua missão de dilatar “a fé e o império”. Para isso faziam-se “súbditos del Rey” nações e povos livres, à custa de muito massacre. Os missionários iam com os conquistadores para extirpar cultos e costumes “ímpios e monstruosos”, pois os pagãos estariam sob o poder de Satanás, do qual tinham de ser libertados a todo custo, inclusive pela escravidão aos colonizadores. Algumas vozes se levantaram contra tal situação, como Bartolomeu de las Casas, mas os poderosos não os escutaram.

b) Depois veio a *Época das Luzes*, o racionalismo triunfante, o cientismo deslumbrado. O que agora desqualifica o Outro não é seu caráter de “incrêu” e “gentio”, mas seu atraso em relação à civilização ocidental que se autoproclamou a suprema realização do espírito humano. Então a motivação colonialista era espargir as Luzes da Cultura e do progresso sobre os continentes bárbaros, e em nome disso, a burguesia triunfante européia praticava nos outros Continentes opressão política, pilhagem econômica, destruição maciça das culturas. Massacres memoráveis, rebeliões sufocadas em banhos de sangue não conseguiam despertar a indignação das “reservas morais” das sociedades que se beneficiavam com a exploração.

c) Essa ideologia da “Supremacia espiritual do Ocidente” tinha um aliado mais prosaico: o *racismo* que, embora formulado com pretensões científicas, não passava de uma tosca ideologia da supremacia da raça branca. As outras raças situavam-se no meio do caminho entre os primatas superiores e o homem europeu, essa sumidade de inteligência e de humanidade. O “eurocentrismo”, está longe de ser superado: domina até a mentalidade de filósofos e teólogos europeus destacados que ainda hoje alinham argumentos para mostrar o que para eles é óbvio: a superioridade européia.

d) Outra ideologia etnocentrista, que esteve muito em moda, como falsa evidência pseudo-científica, foi o *evolucionismo cultural*. Constrói uma escala em que o europeu ou o *waspy* americano ocupam o lugar mais alto, como culminação do processo que percorrem os povos inferiores — em etapas ou estágios cujo dinamismo converge para a sociedade e cultura mais perfeita. A diversidade de culturas é ilusória; o que sucede é que algumas estão na infância ou adolescência da evolução humana — selvagens, bárbaros e civilizados —, sucedem-se como as idades do indivíduo. Nada mais natural de que os adultos tutелеm populações de cultura infantil, e que a plena autonomia espere pela maturidade cultural.

3. Avatares do etnocentrismo

O etnocentrismo não é somente esse “ovo de serpente” donde eclodem tais ideologias e políticas: é também um tema que se presta a variações numerosas em vários registros. É camaleônico, recorre a camuflagens e mimetismos: apresenta-se sob formas benignas em que parece irreconhecível ao assumir a aparência de seu contrário. Há maneiras de “valorizar”, de “promover” que são mais eficazes para descaracterizar o Outro do que um combate franco. Por exemplo, a *folclorização*, a *beleza do morto*, de que fala Michel de Certeau, o *exotismo*, o *romantismo*, são variantes da mesma atitude; saborear ou “curtir” a diferença, que constitui o Outro como uma curiosidade, como “atração turística”, como espetáculo ou show surrealista, instigante por ser “insólito”, e mesmo fantástico. A cultura diferente não é tomada a sério, e sim como uma diversão dos espectadores que a consomem: e quase sempre as imitações da cultura popular criam personagens cômicos, o que vale dizer que, no fundo, considera-se a cultura alheia hilariante ou ridícula. Isso ocorre desde os fabulosos relatos de viajantes e missionários, passando pelo indianismo romântico de Gonçalves Dias, até as butiques de arte indígena da Funai, as novelas da TV, como *Aritana*, e culmina na indústria turística em que o dinheiro suscita contrafações da cultura popular “para inglês ver”. É sempre a mesma atitude etnocentrista que parece interessar-se pelo Outro, mas de fato o desrespeita, ao tomá-lo como espetáculo e objeto de consumo, e não como sujeito cujas práticas sociais são ricas de sentido e encontram seu lugar e compreensão no “conjunto complexo” que constituem, como elemento de uma cultura. O interesse da antropologia pela diversidade de povos e culturas nada tem a ver com essa avidez pelo exótico; sua base é o *relativismo cultural*, que considera como sociedades alternativas e culturas tão válidas quanto as nossas, esses povos cuja própria existência questiona nossa maneira de ser, quebrando o monopólio, que comumente nos atribuímos, da autêntica realização da humanidade no planeta.

4. Relativismo cultural

Enquanto o etnocentrismo é um preconceito, e suas derivações doutrinárias (racismo, evolucionismo cultural, etc.) são ideologias (consciência falsa e falsa ciência), o *relativismo cultural* pertence à esfera da ciência.

Por um lado, é resultado de muita pesquisa: surgiu depois que a antropologia adotou como método a observação participante; quando quis ir além da etnografia descritiva e da etnologia histórica e comparativa, e tratou de *compreender*, isto é, de produzir conceitos, construir mode-

los que dessem conta da diversidade das sociedades e culturas. Não foi pura coincidência que outras ciências do homem que então se estabeleciam (lingüística, psicanálise, análise marxista das formações sociais) tivessem atitude análoga na abordagem dessas “totalidades complexas”, cujas articulações, sintaxe, significação tratavam de detectar. Cada época tem suas “revoluções científicas”, suas “rupturas epistemológicas”, deslocando a problemática e exigindo nova metodologia que corresponda aos objetos novos que a teoria define.

Por outro lado, o *relativismo cultural* é teoria: instrumento de análise e meio de produção de conhecimentos, que aplicando-se a outros conhecimentos (etnográficos, históricos, etnológicos) produz conhecimentos novos, fazendo avançar a ciência como tarefa humana jamais concluída de tornar inteligível a totalidade do real. Podem também chamar, se preferem, o relativismo cultural de *hipótese* de trabalho fecunda, um pressuposto ou postulado de base. Depois de Popper isso não tem quase importância. Nem por isso deixa de ser um ponto de partida teórico, donde se formula a problemática e o objeto é pensável. Essa “teoria geral da relatividade das culturas” modificou nosso olhar sobre as sociedades, como a relatividade de Einstein fez-nos ver de modo novo a natureza física.

A noção de relativismo cultural abrange três significados:

a) Todo e qualquer elemento de uma cultura é *relativo* aos elementos que compõem aquela cultura, só tem sentido em função do conjunto; que sua validade depende do contexto em que está inserido, de sua posição em meio a outros níveis e conteúdos da cultura de que faz parte.

b) As culturas são relativas: não há cultura, nem elemento dela, que tenha caráter absoluto, que seja em si e por si a perfeição. Será certa e boa para a sociedade que a vivencia, e na medida em que nela se realiza e em que a exprime. Não há pois um padrão absoluto para julgar *a priori* o certo e o errado, o belo e o feio entre as culturas, pois cada uma traz em si mesma seu padrão de medida.

c) As culturas são equivalentes e, portanto, não se pode fazer uma escala em que cada cultura receba uma “nota”, de acordo com o critério que defina o que é mais ou menos perfeito. Falsa portanto a velha concepção em que a diversidade se alinhava desde uma suposta infância até à maturidade humana. O relativismo não é só uma suspensão de juízo, devido a não se encontrar critério decisivo para classificar as culturas; é mais que isso: afirma *positivamente* que uma cultura é tão válida como outra qualquer, por ser uma experiência diversa que o ser social faz de sua humanidade. As culturas são variantes, alternativas, distintos modos como o verbo “*ser homem*” é conjugado na sincronia do espaço e na diacronia da história. Como a forma verbal do indicativo não é mais certa ou errada que a do subjuntivo, nem o nominativo mais

correto que o acusativo: tudo depende da construção da frase. O mesmo ocorre com as culturas e com seus elementos. Essa aproximação entre cultura e linguagem não é da ordem da metáfora; seria antes, da ordem da metonímia, pois estão em relação de todo e parte. Não são apenas as palavras que são signos, mas como Mauss tinha genialmente antecipado, é a totalidade dos elementos culturais que pertencem à esfera do signo, e que deve ser estudada por uma semiótica. Participam daquela “arbitrariedade do signo linguístico” de que falava Saussure. Já os sofistas gregos tinham partido da distinção entre *Physis* (natureza) e *Nomos* ou *Thesis*, — todo o resto que era arbitrariamente posto pela criação cultural. Claro que isso não contradiz a evidência de que há sociedades técnica e militarmente superiores a outras, etc. Mas nada prova que o etnocida seja culturalmente superior à população massacrada; ou que Hitler e seus nazistas, por exemplo, sejam superiores às vítimas do Holocausto.

5. *Conseqüências e repercussões do relativismo cultural*

Como se pode prever, suas conseqüências são diametralmente opostas às do etnocentrismo, e suas repercussões são múltiplas. Vejamos algumas.

a) *Respeito sincero pela cultura e sociedade dos outros povos.* Não só está longe de tomar os costumes alheios como bizarros e grotescos, como faz o etnocentrismo (e a indústria turística) mas os considera comportamentos tão dignos como outros quaisquer, e tanto mais interessantes e capazes de nos ensinar algo de novo sobre o homem e a sociedade, quanto maior a sua diferença em relação aos nossos. Como o lingüista encontra tanto mais interessante e instrutivo um idioma quanto mais diverso dos conhecidos.

b) *Um cuidado extremo com a objetividade.* Cada traço cultural deve ser estudado no contexto da cultura a que pertence, e não em referência à do observador. Para isso, tenta-se imergir na cultura diferente para captar o sentido que a organiza. Nossa própria terminologia deve ser abandonada, por exemplo, nas relações de parentesco e em outros campos. *Xamã* não é o mesmo que feiticeiro, *exu* não é diabo, *tupã* não é Deus; *totem* e *tabu* não têm tradução.

c) *Recusa de interferir e de modificar costumes e tradições de um povo.* Não tem sentido ensinar a um povo a “ser gente”: trata-se de aprender com ele — tal como se aprende um novo idioma — o léxico e a sintaxe de sua cultura, descobrir -lhe os valores na beleza dos ritos, nas nuances da língua, na narrativa dos mitos, no discurso dos sábios, no relacio-

namento entre parentes e entre amigos, ou entre o homem e a natureza, até que se revele por dentro esse conjunto peculiar onde tudo faz sentido, onde o ser humano se realiza de maneira diferente, mas não menos humana que a nossa. Possivelmente, até de modo mais harmonioso em suas dimensões básicas e estruturantes: relação homem/natureza e relação homem/homem.

Outros “efeitos colaterais” ou repercussões podem ser atribuídas ao relativismo cultural:

— O *anti-colonialismo*. Claro que os movimentos de libertação nacional não possuem como causa (ou fator) predominante um *conceito* da antropologia. Mas lhes deu importante contribuição, pelo menos na medida em que tornou ilegítimas, diante da opinião pública, a dominação colonial, e ajudou a armar a luta ideológica — que dá suporte à luta política — entre os militantes da libertação.

— O *problema das minorias étnicas*. É um problema análogo ao anterior. Sem dúvida, a nova valorização das culturas diferentes deu força ao movimento contra a opressão cultural que as majorias exercem contra povos minoritários dentro de fronteiras nacionais (bascos, curdos, armênios, etc).

— *Movimentos contra a discriminação*. Nisso os negros americanos foram pioneiros, na sua luta exemplar contra o preconceito racista. Mas qualquer forma de discriminação fica fragilizada à medida que se aprende a valorizar, ou pelo menos a respeitar, a multiforme diversidade humana. Surgiram também com força as sub-culturas e a contra-cultura, pois os padrões da sociedade ocidental são questionados em comparação com outra organização da vida individual e social, atestado por povos e culturas diferentes.

— *A luta pela libertação da mulher*. Os estudos, feitos sobretudo por antropólogas americanas, mostraram quanto era preconceituosa e absurda a situação da mulher em nossas sociedades, e como era urgente sua conquista da plena igualdade e do respeito por sua diversidade.

— *Novo rumo das missões*. Missionários católicos foram muito influenciados pela Antropologia para corrigir o tradicional proselitismo que identificava evangelização com destruição radical das culturas diferentes, e adotaram a linha da assim chamada “inculturação”.

6. Equivalência na diferença: as sociedades são alternativas

a) O *problema* — Sem dúvida, o conceito de relativismo cultural parece um paradoxo e é criticado por muitos pensadores (sobretudo europeus,

que não suspeitam que suas falsas evidências têm raízes num irredutível etnocentrismo). Devem-se esclarecer, pois, algumas dúvidas e acrescentar mais elementos para sua compreensão.

Se uma sociedade não é superior à outra, como pode dominá-la com tanta facilidade? Nega-se que haja progresso na história humana, e que esse chegue desigualmente às diversas sociedades? É evidente que em determinado ponto ou aspecto uma sociedade leva vantagem sobre outra, e a própria diferença implica que alguns traços estejam acentuados em umas e obliterados em outras. Ninguém pode negar que a civilização industrial tem uma tecnologia avançada como jamais existiu, e que entre as diversas sociedades, de que se compõe, há grandes desníveis tecnológicos. Mas isso não garante que no conjunto — ou seja, como sociedade *humana* — ou na qualidade de vida, entendida como “quantum” de felicidade e bem estar pessoal e social que proporcionam a seus membros, essa civilização seja superior a outras que existiram na história, ou que ainda persistem em suas margens.

b) Uma analogia. — Quanto ao “progresso”, deve-se abandonar a idéia atrasada de que se trata de uma marcha em linha reta e implacável, como a “grande cadeia dos seres” do antigo evolucionismo. Acontece que em biologia a *ortogênese* foi abandonada, porque os seres vivos se “especiaram” em forma de radiações sucessivas, divergindo por caminhos diversos de adaptação externa (ao nicho ecológico) e interna (reformulando órgãos e funções).

As sociedades também se *especiaram*, analogamente, em culturas diversas: cada uma desenvolveu uma especialização particular, e o resto do “organismo” social foi reordenado em função disso — como entre os homínidas, esqueleto e músculos foram reajustados para a posição ereta e a marcha bípedal.

As civilizações em que vivemos são um episódio recente na história do homem no planeta: da ordem do último 0,5 por cento de sua duração como espécie. Especializaram-se na desigualdade entre seus membros, criando uma diferença de potencial que permitiu a acumulação de capital e exigiu a constituição de um “Estado” para garantir a ordem fundada na desigualdade. Por sua vez, esse acúmulo de capital e de poder possibilitou as maravilhas da civilização — palácios, pirâmides, acrópoles, exércitos e naus. Havia recursos disponíveis e estruturas organizacionais que os orientassem para fins pré-fixados. Populações cada vez mais numerosas foram sendo englobadas num mesmo complexo político-econômico, e a sucessão de impérios era também cumulativa pela anexação de povos, territórios e a pilhagem de recursos dos vencidos. Vemos assim as civilizações baseadas em três pilares: no *econômico*, a acumulação de capital; no *social*, a divisão em classes (dominada/dominante, senhores e escravos); no *político*, o “Estado” enquanto monopólio da coerção legítima. Podemos considerar a civilização

uma *síndrome socio-cultural* que constitui uma mutação básica, uma radiação adaptativa em direção a um rumo particular que tomou a história humana, o que acarretou muitos arranjos e reajustes estruturais — alguns, desumanos —, mas também essas criações de grande brilhantismo que vêm à nossa mente quando falamos em “civilizações”.

Os povos que não tomaram esse rumo, continuaram seu caminho de distribuição em lugar de acumulação de riquezas, de igualdade e solidariedade em vez de dominação de classe, de autodeterminação das unidades familiares em lugar da coerção pelo poder soberano do “Estado” que a todos subjuga. Esse tipo de organização social chegou a ser denominado “Sociedade contra o Estado”, para significar que toda sua estruturação foi agenciada para excluir a dominação do poder político e deixar espaço à liberdade individual e familiar.

Por outro lado, as sociedades chamadas “primitivas” se especializaram na busca da harmonia entre o homem e a natureza: num prodígio de adaptação, o esquimó prospera no círculo polar ártico, as tribos do deserto africano sobrevivem em desertos onde “civilizados” não agüentariam uma semana. É incalculável quanto isso exige de conhecimento minucioso da terra, da fauna e da flora, e de sua utilização técnica, alimentar e medicinal. Especializaram-se também em relações humanas, sobretudo na organização de sistemas complexos de parentesco e aliança, unindo indivíduos em famílias, famílias em linhagens, clãs, aldeias e tribos. Organização de alta eficiência, que por vezes é objeto de reflexão explícita do grupo, a ponto de Lévi-Strauss chamar os aborígenes australianos de “fundadores das ciências do homem e precursores de modelos matemáticos em antropologia”.

Conclusão

Foi o melhor conhecimento desse tipo de sociedade que dissipou o preconceito etnocentrista e abriu caminho ao relativismo cultural. Realmente, são sociedades que mais parecem organismos, onde indivíduos e famílias vivem no seio de um grupo mais amplo que os reconhece e “avaliza”: sente-se responsável por eles, é solidário nas ocasiões de necessidade, toma sua defesa sempre que preciso. Ninguém se sente só, isolado, anônimo. Nenhuma família marginalizada, excluída do acesso à terra, da participação nas decisões do grupo. O importante na vida não é acumular poder nem dinheiro, e sim relacionar-se com seus semelhantes, intercambiar pensamentos e sentimentos, festejar em comum a glória da natureza, celebrar em uníssono alegrias e lutos da comunidade, cultuar em ritos os Espíritos tutelares. O trabalho ocupa parte reduzida do dia; o resto é para conversar, divertir-se, dançar, festejar, ou simplesmente, dormir. Não tendo cadeias nem polícia, hora

marcada e padrão, a dose de repressão externa é incomparavelmente menor do que em nossas sociedades. E a repressão interna parece bem menor que entre nós: a educação, a vida sexual, as relações pessoais desenrolam-se em clima de espontaneidade e franqueza que às vezes fascina quem vai conviver com eles.

Não se trata de recriar o mito do “bom selvagem”, nem de fazer etnocentrismo às avessas, endeusando outras sociedades para denegrir as nossas que produziram bombas atômicas, massacraram povos, poluíram o planeta, etc., mas que de outro lado criaram o Partenon e o teatro grego, a ciência de Galileu e a música de Mozart, a conquista do espaço e a informática, etc. Nosso objetivo é apontar uma evidência: de que as sociedades outras também são cultas e vivenciam valores humanos dignos de todo o respeito, sabem dar a seus membros uma qualidade de vida em que a alegria e a felicidade estão ao alcance de todos: não podem ser depreciadas, pois são realizações autênticas do homem sobre a terra, dignas de admiração. E que a crença da superioridade do branco, do europeu, do “civilizado” não passa de preconceito etnocentrista, o qual, no limiar do terceiro milênio já devia há muito estar superado em nome de uma compreensão mais inteligente da diversidade do ser humano e da paz entre os povos, que dificilmente poderá conviver com a arrogância de uns e o desprezo de outros.

Nota. Essas reflexões aludem à “Antropologia cultural” americana, tão difundida entre nós, sobretudo através da tradução de excelentes compêndios. Contudo nossa referência principal é a “Antropologia social francesa”, com destaque para Lévi-Strauss, mas também Marcel Mauss e Pierre Clastres (igualmente traduzidos para o português), meu ex-professor Georges Balandier, e meu particular amigo Michel de Certeau. São importantes contribuições para o tema as obras de Roberto da Matta, e da “Escola” do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista.

Endereço do Autor:
Rua do Príncipe, 526
50050-900 Recife — PE